

Balço Patrimonial

Semestres findos em 30 de junho

Em Reais

Descrição	Ativo		2019	2018
		Nota		
Circulante			213.431.306,84	186.279.973,44
Disponibilidades		4	1.259.786,24	899.313,84
Títulos e Valores Mobiliários		5	29.199.290,82	109.525.292,90
Carteira Própria			29.199.290,82	109.525.292,90
Relações Interfinanceiras		6	133.574.689,81	31.164.478,00
Centralização Financeira			133.574.689,81	31.164.478,00
Operações de Crédito		7	43.619.852,59	39.941.647,86
Operações de Crédito			46.280.635,41	41.640.445,57
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(2.660.782,82)	(1.698.797,71)
Outros Créditos		8	3.745.125,30	2.712.802,56
Avais e Fianças			288.586,67	197.786,10
Rendas a Receber			1.087.919,78	378.640,21
Diversos			2.755.155,41	3.355.240,10
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa			(386.536,56)	(1.218.863,85)
Outros Valores e Bens		9	2.032.562,08	2.036.438,28
Outros Valores e Bens			1.940.228,58	1.973.219,07
Despesas Antecipadas			92.333,50	63.219,21
Não Circulante			65.924.231,72	47.769.631,78
Realizável a Longo Prazo			61.704.361,90	43.389.324,00
Títulos e Valores Mobiliários		5	9.349.675,29	-
Carteira Própria			9.349.675,29	-
Operações de Crédito		7	52.354.686,61	43.389.324,00
Operações de Crédito			55.798.312,79	45.374.684,15
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(3.443.626,18)	(1.985.360,15)
Investimentos		10	3.563.932,39	3.563.932,39
Ações e Cotas			3.563.932,39	3.563.932,39
Imobilizado		11	652.823,91	809.531,91
Outras Imobilizações de Uso			1.741.729,16	1.840.172,16
(-) Depreciações Acumuladas			(1.088.905,25)	(1.030.640,25)
Intangível			3.113,52	6.843,48
Softwares			64.945,26	64.945,26
(-) Amortizações Acumuladas			(61.831,74)	(58.101,78)
Total do Ativo			279.355.538,56	234.049.605,22

Balço Patrimonial

Semestres findos em 30 de junho

Em Reais

Descrição	Passivo		
	Nota	2019	2018
Circulante		238.245.836,80	200.687.828,70
Depósitos	12	232.253.031,63	195.162.612,95
Depósitos à Vista		52.216.114,92	38.022.584,95
Depósitos sob Aviso		801.750,74	769.588,48
Depósitos à Prazo		179.235.165,97	156.370.439,52
Relações Interdependências	13	1.165,97	7.833,84
Recursos em Trânsito de Terceiros		1.165,97	7.833,84
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	411.671,68	755.154,30
Empréstimos no País-Outras Instit.		411.671,68	755.154,30
Outras Obrigações	15	5.579.967,52	4.762.227,61
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		42.660,69	66.253,65
Sociais e Estatutárias	15.1	1.340.541,92	788.578,59
Fiscais e Previdenciárias	15.2	321.668,99	263.179,32
Diversas	15.3	3.875.095,92	3.644.216,05
Patrimônio Líquido	17	41.109.701,76	33.361.776,52
Capital Social		28.514.991,95	24.303.812,66
Reserva de Sobras		8.008.106,11	5.027.231,03
Sobras ou Perdas Acumuladas		4.586.603,70	4.030.732,83
Sobras do Período		4.586.603,70	4.030.732,83
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		279.355.538,56	234.049.605,22



Gaspar Laus
Presidente



Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Sobras ou Perdas
Semestres findos em 30 de junho

Descrição	Nota	Em Reais	
		2019	2018
Receitas da Intermediação Financeira	18	12.115.824,15	13.197.775,86
Resultado com operações de crédito		11.107.559,35	9.958.414,93
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários		1.008.264,80	3.239.360,93
Despesas da Intermediação Financeira	18.1	(6.968.208,79)	(6.031.120,40)
Operações de captação no mercado		(5.169.305,01)	(4.642.986,69)
Operações de empréstimos e repasses		(2.708,75)	(3.633,75)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.796.195,03)	(1.384.499,96)
Resultado bruto da intermediação financeira		5.147.615,36	7.166.655,46
Outras receitas (despesas) operacionais		(204.340,86)	(2.878.577,82)
Receitas de prestação de serviços	19	2.905.877,42	2.490.972,28
Despesas de pessoal	19.1	(3.622.901,25)	(3.428.395,39)
Outras despesas administrativas	19.1	(4.440.565,16)	(3.659.672,33)
Despesas Tributárias	19.1	(87.198,62)	(88.198,90)
Outras Receitas Operacionais	19	5.616.794,38	2.211.026,95
Outras Despesas Operacionais	19.1	(576.347,63)	(404.310,43)
Resultado operacional		4.943.274,50	4.288.077,64
Resultado não operacional	21	80.857,70	56.236,30
Resultado antes da tributação e da participação nas sobras		5.024.132,20	4.344.313,94
Imposto de renda e contribuição social		(70.828,72)	(38.618,65)
Imposto de Renda		(39.301,30)	(17.830,59)
Contribuição Social		(31.527,42)	(20.788,06)
Participação nas Sobras		(366.699,78)	(274.962,46)
Sobras líquidas (perda)		4.586.603,70	4.030.732,83



Gaspar Laus
Presidente




Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Sobras		Sobras do Período	Totais	
		Legal	Fundo de Estabilidade		Período Atual	Período Anterior
Saldos em 30 de junho de 2018	24.303.812,66	2.210.565,28	2.816.665,75	4.030.732,83	33.361.776,52	25.766.530,36
Sobras Líquidas do 2º. Semestre Ano Anterior	-	-	-	2.747.901,93	2.747.901,93	2.343.949,11
Outros Eventos						
Recuperação Por Perdas de Incorporação	-	-	-	-	-	-
Realização do FATES	-	-	-	386.974,20	386.974,20	398.973,50
FATES	-	-	-	(447.652,15)	(447.652,15)	(387.840,66)
Reservas Estatuarial Cotas de Capital à Pagar	-	707.153,35	353.576,67	(1.060.730,02)	-	-
Assembleia Geral Ordinária - AGO	3.694.593,61	-	1.920.145,06	(5.614.738,67)	-	-
Movimentação de Capital:						
Subscrição/Realização	1.609.280,64	-	-	-	1.609.280,64	1.925.933,21
Devolução (-)	(1.092.694,96)	-	-	-	(1.092.694,96)	(694.503,91)
Sobras Líquidas do Período	-	-	-	4.586.603,70	4.586.603,70	4.030.732,83
Saldos em 30 de junho de 2019	28.514.991,95	2.917.718,63	5.090.387,48	4.586.603,70	41.109.701,76	33.361.776,52
Mutações do Período	4.211.179,29	707.153,35	2.273.721,73	555.870,87	7.747.925,24	7.595.246,16



Gaspar Laus
Presidente



Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

Demonstração do Fluxo de Caixa
Semestres findos em 30 de junho

Descrição	Em Reais	
	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Antes dos Tributos	8.077.939,01	6.860.307,61
Resultado do 2º semestre do ano anterior antes dos tributos	3.053.806,81	2.515.993,67
Resultado do 1º semestre antes dos tributos	5.024.132,20	4.344.313,94
AJUSTES POR:		
Imposto de renda e contribuição social	(76.037,52)	(75.663,21)
Provisão para Operações de Crédito	2.420.251,14	357.598,26
Participação nas Sobras	(667.395,86)	(409.962,46)
Depreciações e Amortizações	61.994,96	153.998,22
	1.738.812,72	25.970,81
AUMENTO (REDUÇÃO) EM ATIVOS OPERACIONAIS	(28.449.408,52)	(1.743.238,97)
Títulos e Valores Mobiliários	(12.357.143,50)	10.513.094,32
Operações de Crédito	(15.063.818,48)	(13.325.698,55)
Outros Créditos	(1.032.322,74)	1.033.559,62
Outros Valores e Bens	3.876,20	35.805,64
AUMENTO (REDUÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS	37.558.008,10	30.504.739,56
Depósitos	37.090.418,68	29.298.924,00
Outras Obrigações	817.739,91	785.872,67
Relações Interdependências	(6.667,87)	7.703,44
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(343.482,62)	412.239,45
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.925.351,31	35.647.779,01
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimento	-	(1.042.561,06)
Imobilizações de Uso	98.443,00	(57.531,22)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	98.443,00	(1.100.092,28)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento por novos aportes de Capital	1.609.280,64	1.925.933,21
Devolução de Capital à Cooperados	(1.092.694,96)	(694.503,91)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(42.488,12)	(21.997,92)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	(447.652,15)	(387.840,66)
Realização do FATES	386.974,20	398.973,50
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	413.419,61	1.220.564,22
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19.437.213,92	35.768.250,95
Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	141.589.084,74	105.820.833,79
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	161.026.298,66	141.589.084,74
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19.437.213,92	35.768.250,95



Gaspar Laus
Presidente



Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

Valores em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **30/05/2003**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB ADVOCACIA** possui **10** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ITAJAÍ - SC, VIDEIRA - SC, CONCÓRDIA - SC, CHAPECÓ - SC, CRICIÚMA - SC, BLUMENAU - SC, BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC, FLORIANÓPOLIS - SC, JOINVILLE – SC.**

O **SICOOB ADVOCACIA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez

do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para

saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2019**.

4. Disponibilidades

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Caixa	1.221.272,05	894.298,75
Depósitos bancários	38.514,19	5.015,09
TOTAL	1.259.786,24	899.313,84

5. Títulos e valores mobiliários

Em **30 de junho de 2019 e 2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Título De Renda Fixa	38.548.966,11	109.525.292,90
TOTAL	38.548.966,11	109.525.292,90

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 100% a 101% do CDI.

6. Relações interfinanceiras

Em 30 de junho de **2019 e 2018**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Centralização Financeira - Cooperativas	133.574.689,81	31.164.478,00
TOTAL	133.574.689,81	31.164.478,00

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2019			30/06/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	125.244,43	-	125.244,43	95.354,78
Empréstimos	34.585.504,07	44.110.210,20	78.695.714,27	66.316.218,54
Títulos Descontados	4.747.024,90	-	4.747.024,90	4.870.829,01
Financiamentos	6.822.862,01	11.688.102,59	18.510.964,60	15.732.727,39
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.660.782,82)	(3.443.626,18)	(6.104.409,00)	(3.684.157,86)
TOTAL	43.619.852,59	52.354.686,61	95.974.539,20	83.330.971,86

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 30/06/2019	Provisões 30/06/2019	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018
AA	-	Normal	6.168.220,29	86.296,51	1.457.515,15	7.712.031,95	-	1.315.826,36	-
A	0,50%	Normal	17.457.513,91	240.103,13	5.534.893,77	23.232.510,81	(116.162,55)	26.727.707,00	(133.638,54)
B	1%	Normal	22.437.533,27	861.728,25	4.989.883,59	28.289.145,11	(282.891,45)	41.815.813,16	(418.158,13)
B	1%	Vencidas	44.519,55	12.353,90	19.452,08	76.325,53	(763,26)	542.195,96	(5.421,96)
C	3%	Normal	20.320.598,22	1.750.319,81	5.028.016,94	27.098.934,97	(812.968,05)	8.374.198,80	(251.225,96)
C	3%	Vencidas	476.557,70	67.509,15	32.449,36	576.516,21	(17.295,49)	727.661,29	(21.829,84)
D	10%	Normal	4.408.544,60	560.245,41	1.075.616,95	6.044.406,96	(604.440,70)	2.285.646,32	(228.564,63)
D	10%	Vencidas	693.462,52	57.771,20	3.662,40	754.896,12	(75.489,61)	1.166.839,82	(116.683,98)
E	30%	Normal	2.553.081,18	180.592,02	205.970,78	2.939.643,98	(881.893,19)	1.247.851,42	(374.355,43)
E	30%	Vencidas	988.681,34	67.408,34	24.994,43	1.081.084,11	(324.325,23)	436.168,30	(130.850,49)
F	50%	Normal	1.291.202,11	87.474,20	94.051,73	1.472.728,04	(736.364,02)	270.573,27	(135.286,64)
F	50%	Vencidas	660.026,51	56.872,74	-	716.899,25	(358.449,63)	164.020,88	(82.010,44)
G	70%	Normal	392.401,48	14.971,61	1.945,19	409.318,28	(286.522,80)	242.157,69	(169.510,38)
G	70%	Vencidas	193.856,04	31.693,55	-	225.549,59	(157.885,73)	272.829,83	(190.981,82)
H	100%	Normal	229.274,24	1.973,44	-	231.247,68	(231.247,68)	168.586,50	(168.586,50)
H	100%	Vencidas	1.066.907,22	108.290,16	42.512,23	1.217.709,61	(1.217.709,61)	1.257.053,12	(1.257.053,12)
Total Normal			75.258.369,30	3.783.704,38	18.387.894,10	97.429.967,78	(3.952.490,44)	82.448.360,52	(1.879.326,21)
Total Vencidos			4.124.010,88	401.899,04	123.070,50	4.648.980,42	(2.151.918,56)	4.566.769,20	(1.804.831,65)
Total Geral			79.382.380,18	4.185.603,42	18.510.964,60	102.078.948,20	(6.104.409,00)	87.015.129,72	(3.684.157,86)
Provisões			(5.190.928,80)	(415.781,16)	(497.699,04)	(6.104.409,00)		3.684.157,86	
Total Líquido			74.191.451,38	3.769.822,26	18.013.265,56	95.974.539,20		83.330.971,86	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	8.825.304,81	21.699.840,27	44.110.210,20	74.635.355,28
Financiamentos	1.812.449,01	5.010.413,00	11.688.102,59	18.510.964,60
Títulos Descontados	4.196.419,36	550.605,54	-	4.747.024,90
Conta Corrente	4.185.603,42	-	-	4.185.603,42
TOTAL	19.019.776,60	27.260.858,81	55.798.312,79	102.078.948,20

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	30/06/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	29.065,27	750.806,11	40.451,03	820.322,41	1%
Setor Privado - Indústria	-	182.109,80	-	182.109,80	0%
Setor Privado - Serviços	1.282.584,90	36.805.731,84	2.088.700,30	40.177.017,04	39%
Pessoa Física	2.869.495,46	54.032.520,10	2.617.873,57	59.519.889,13	58%
Outros	4.457,79	1.375.152,03	-	1.379.609,82	1%
TOTAL	4.185.603,42	93.146.319,88	4.747.024,90	102.078.948,20	100%

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Saldo inicial	4.516.512,74	2.658.461,36
Valor das operações transferidas no período	2.856.258,22	2.239.949,98
Valor das operações recuperadas no período	504.061,38	381.898,60
TOTAL	6.868.709,58	4.516.512,74

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2019	30/06/2018
Avais e Fianças Honrados	288.586,67	197.786,10
Rendas a Receber	1.087.919,78	378.640,21
Diversos (a)	2.755.155,41	3.355.240,10
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(386.536,56)	(1.218.863,85)
TOTAL	3.745.125,30	2.712.802,56

(a) Refere-se, substancialmente, a adiantamentos e antecipações salariais, adiantamentos por conta de imobilizações, devedores por compra de valores e bens, impostos e contribuições a compensar, títulos e créditos a receber, e devedores diversos.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

9. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.937.416,58	1.937.416,58
Material em Estoque	2.812,00	35.802,49
Despesas Antecipadas (b)	92.333,50	63.219,21
TOTAL	2.032.562,08	2.036.438,28

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, contribuição confederativa, prêmios de seguros, IPTU, processamento de dados, e outros.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Participações em cooperativa central de crédito	3.563.932,39	3.563.932,39
TOTAL	3.563.932,39	3.563.932,39

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2019	30/06/2018
Instalações	10%	129.292,80	129.292,80
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-	(80.307,31)	(58.429,75)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	873.007,65	954.353,36
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-	(476.724,52)	(464.337,88)
Sistema de Comunicação	20%	40.337,57	39.248,71
Sistema de Processamento de Dados	10%	633.187,14	634.373,29
Sistema de Segurança	10%	65.904,00	82.904,00
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-	(531.873,42)	(507.872,62)
TOTAL		652.823,91	809.531,91

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré- fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré- fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Depósito à Vista	52.216.114,92	38.022.584,95
Depósito Sob Aviso	801.750,74	769.588,48
Depósito a Prazo	179.235.165,97	156.370.439,52
TOTAL	232.253.031,63	195.162.612,95

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(24.091,86)	(23.620,34)
Despesas de Depósitos a Prazo	(4.980.981,76)	(4.482.494,26)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(164.231,39)	(136.872,09)
TOTAL	(5.169.305,01)	(4.642.986,69)

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (a)	1.165,97	7.833,84
TOTAL	1.165,97	7.833,84

(a) Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços públicos, conforme contrato de prestação de serviços.

14. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	30/06/2019	30/06/2018
Cooperativa Central	412.847,18	755.154,30
(-) Despesa a apropriar	(1.175,50)	-
TOTAL	411.671,68	755.154,30

15. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	42.660,69	66.253,65
Sociais e Estatutárias	1.340.541,92	788.578,59
Fiscais e Previdenciárias	321.668,99	263.179,32
Diversas	3.875.095,92	3.644.216,05
TOTAL	5.579.967,52	4.762.227,61

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Resultado de Atos com Associados	368.714,09	283.045,62
Resultado de Atos com Não Associados (a)	163.020,48	162.356,44
Gratificações e Participações a Pagar	366.699,77	274.962,46
Cotas de Capital a Pagar (b)	442.107,58	68.214,07
TOTAL	1.340.541,92	788.578,59

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	65.806,25	32.983,54
Impostos e contribuições a recolher	255.862,74	230.195,78
TOTAL	321.668,99	263.179,32

15.3 Diversas

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	25.571,75	43.914,58
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	141.393,75	127.631,69
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.322.438,99	1.234.403,87
Provisão para Passivos Contingentes (b)	172.433,41	35.000,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	422.715,68	172.440,58
Credores Diversos – País (d)	1.790.542,34	2.030.825,33
TOTAL	3.875.095,92	3.644.216,05

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos

(b) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos cíveis em que a Cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2019		30/06/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Cíveis	172.433,41	11.119,39	35.000,00	-
TOTAL	172.433,41	11.199,39	35.000,00	-

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais obedecem a Resolução CMN nº 3.823/2009, portanto, quando exista na data do balanço uma obrigação de “Provável Perda”, a Cooperativa reconhece a provisão e quando não for de “Provável Perda”, a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB ADVOCACIA** existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 785.536,54 (setecentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos). Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas e cíveis.

(c) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **30 de junho de 2019**, a cooperativa é responsável por obrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 15.775.951,23 (R\$ 13.559.820,68 em **30/06/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(d) Refere-se, substancialmente, a crédito de terceiros, pendências a regularizar e credores diverso-liquidação cobrança.

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ADVOCACIA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Capital Social	28.514.991,95	24.303.812,66
Associados	8.557	7.680

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações das sobras, quando do encerramento do exercício social, no percentual de 5%, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As sobras do primeiro semestre de 2019 no valor de R\$ 4.586.603,70 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e três reais e setenta centavos) permanecem na conta “Sobras ou Perdas Acumuladas” de forma acumulada até 31/12/2019, quando deverão sofrer as devidas reduções e destinações estatutárias.

18. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	43.264,28	36.814,65
Rendas de Empréstimos	8.568.489,49	7.489.863,19
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	650.533,75	693.810,22
Rendas de Financiamentos	1.414.986,30	1.448.134,90
Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.008.264,80	3.239.360,93
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	430.285,53	289.791,97
TOTAL	12.115.824,15	13.197.775,86

18.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Despesas De Captação	(5.169.305,01)	(4.642.986,69)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(2.708,75)	(3.633,75)
Provisões para Operações de Crédito	(3.337.175,06)	(1.071.365,98)
Provisões para Outros Créditos	(163.549,90)	(379.887,38)
Despesas com Captação Em Títulos de Desenvolvimento Econômico	-	(379.887,38)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	1.618.078,15	36.379,95
Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	86.451,78	30.373,45
TOTAL	(6.968.208,79)	(6.411.007,78)

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Rendas De Prestação De Serviços	2.905.877,42	2.490.972,28
Recuperação de Encargos e Despesas	151.112,85	136.645,29
Ingressos De Depósitos Intercooperativos	4.216.467,72	1.265.481,43
Reversão De Provisão Para Garantias Prestadas	232.322,66	14.749,16
Rendas Juros Cartão De Crédito	442.554,77	426.813,85
Rendas Multas Por Atraso - Cartão De Crédito	51.283,50	60.692,92
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	97.648,30	10.849,43
Crédito Receita Sipag - Antecipação	39.605,08	19.253,71
Rendas Intercâmbio - Cartão De Crédito	-	138.385,11
Rendas Intercâmbio - Cartão De Débito	-	77.467,61
Distribuição De Sobras Da Central	353.722,48	95.312,14
Outras Rendas Operacionais	32.077,02	23.304,21
TOTAL	8.522.671,80	4.759.927,14

19.1 Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Despesas de água, energia e gás	(31.049,13)	(27.145,03)
Despesas de aluguéis	(295.865,72)	(232.789,66)
Despesas de comunicações	(219.240,26)	(239.555,98)
Despesas de honorários	(415.588,83)	(374.555,95)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(338.670,68)	(70.437,55)
Despesas de material	(27.295,84)	(26.734,36)
Despesas de pessoal - Benefícios	(734.232,82)	(723.470,63)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(671.842,13)	(597.066,21)
Despesas de pessoal - proventos	(1.731.870,05)	(1.602.899,02)
Despesa de pessoal - treinamento	(54.736,93)	(120.245,97)
Despesas de remuneração de estagiários	(14.630,49)	(10.157,61)
Despesas de processamento de dados	(375.807,25)	(340.572,50)
Despesas de promoções e relações públicas	(82.260,70)	(194.784,13)
Despesas de propaganda e publicidade	(86.151,68)	(48.204,47)
Despesas de publicações	(12.307,39)	(6.901,47)
Despesas de seguros	(4.424,65)	(36.138,08)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(826.574,71)	(807.795,37)
Despesas de serviços de terceiros	(282.305,78)	(182.592,37)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(267.348,67)	(256.970,68)
Despesas de serviços técnicos especializados	(198.430,27)	(222.309,93)
Despesas de transporte	(171.979,99)	(112.915,78)
Despesas tributárias	(16.910,26)	(33.804,81)
Despesas de viagem no país	(83.666,35)	(58.026,74)
Outras despesas administrativas	(734.939,14)	(648.244,11)
Despesas de depreciação	(92.763,36)	(101.798,10)
Despesas de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(24.476,82)	(14.526,88)
Despesas de Contribuição ao Cofins	(25.069,28)	(21.242,32)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(20.742,26)	(18.624,89)
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(22.409,40)	(30.203,96)
Despesas de Descontos Concedidos	(9,32)	(194,17)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(105.192,35)	(98.511,25)
Provisão para Passivos Contingentes	(135.038,89)	-
Provisão para Passivos Trabalhistas	(42.613,16)	-
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-	(1.986,70)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-	(1.329,49)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(77.657,06)	(80.523,84)
Outras Despesas Operacionais	(193.427,45)	(191.561,02)
Garantias Financeiras Prestadas	(309.483,59)	(45.756,02)
TOTAL	(8.727.012,66)	(7.580.577,05)

20. Resultado não operacional

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Ganhos de Capital	2.389,13	5.213,03
Reversão de Provisões não Operacionais	422,28	20.111,09
Outras Rendas não Operacionais	138.033,59	121.708,94
(-) Perdas de Capital	(1.441,35)	(29.511,58)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(36.545,95)	(55.285,18)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(22.000,00)	(6.000,00)
Resultado Líquido	80.857,70	56.236,30

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Operações ativas e passivas – saldo em **30 junho de 2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	87.225,18	10.175,46	3,0397%
Conta Garantida	55.885,93	8.943,49	4,2463%
Empréstimo	1.405.781,26	120.117,84	1,8835%
Financiamento	225.170,14	4.147,87	1,2164%
Títulos Descontados	87.927,47	646,42	1,8523%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	798.140,11	1,5343%	0%
Depósitos a Prazo	8.517.488,04	4,7310%	0,4583%

b) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimo	678.397,73
Financiamento	668.593,65

c) As cobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

30/06/2019	30/06/2018
377.471,21	305.066,52

d) No 1º Semestre de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO 1º SEMESTRE DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(22.532,94)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(393.055,89)
Encargos Sociais	(71.322,27)

22. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS ADVOGADOS DE SANTA CATARINA - SICOOB ADVOCACIA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas

exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB ADVOCACIA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

23. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

23.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

23.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

23.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

23.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

23.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O **SICOOB ADVOCACIA** adotou a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), nos termos da Resolução CMN nº 4.606 de 19/10/2017, e Patrimônio de Referência (PR) encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em **30 de junho 2019**.

FLORIANÓPOLIS-SC, 30 de junho de 2019



Gaspar Laus
Presidente



Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC